

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

MATHEUS DIAS PEREIRA

**A “FAMÍLIA TRADICIONAL” E A DISPUTA POLÍTICA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: REPERTÓRIOS DE CONFRONTO E PERFORMANCE
NAS ELEIÇÕES DE 2018**

JUIZ DE FORA
2025

MATHEUS DIAS PEREIRA

A “FAMÍLIA TRADICIONAL” E A DISPUTA POLÍTICA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: REPERTÓRIOS DE CONFRONTO E PERFORMANCE
NAS ELEIÇÕES DE 2018

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador(a): Ricardo Augusto Galdino Maciel

JUIZ DE FORA
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Matheus Dias Pereira**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número XXXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A "família tradicional" e a disputa política no Brasil contemporâneo: repertórios de confronto e performance nas eleições de 2018**, desenvolvido durante o período de 24/09/2025 a 29/01/2026 sob a orientação de Ricardo Augusto Galdino Maciel, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 29 de Janeiro de 2026.

MATHEUS DIAS PEREIRA

Resumo: Este artigo analisa como a ideia de “família tradicional” foi mobilizada como recurso político nas eleições presidenciais de 2018, com foco na campanha de Jair Bolsonaro. O problema é abordado a partir das contribuições de Jeffrey C. Alexander sobre performance e dos repertórios de confronto elaborados por Charles Tilly. Os resultados indicam que a atuação de Bolsonaro favoreceu a identificação emocional de amplos segmentos do eleitorado com a causa, estabeleceu fronteiras morais nítidas e conferiu legitimidade a um projeto conservador de sociedade. Tal efeito foi possibilitado pela dramatização performática do candidato e pela mobilização de um repertório de confronto político historicamente presente no Brasil. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa baseia-se em análise qualitativa de materiais de campanha, como vídeos e discursos, buscando compreender como a “família tradicional” foi apresentada como valor moral e de que modo recursos performáticos permitiram ao candidato se vincular a esse valor. Por fim, o artigo dialoga com autoras que problematizam o modelo patriarcal de família no Brasil, como Mariza Corrêa, argumentando que a noção de família mobilizada pela retórica e pela performance bolsonarista resulta de uma construção histórica que produz exclusões.

Palavras-chave: Família tradicional. Propaganda política. Performance política. Eleições de 2018. Conservadorismo. Família.

Abstract: This article examines how the idea of the “traditional family” was mobilized as a political resource during the 2018 Brazilian presidential elections, focusing on Jair Bolsonaro’s campaign. The analysis draws on Jeffrey C. Alexander’s theoretical framework on political performance and on the concept of repertoires of contention developed by Charles Tilly. The findings indicate that Bolsonaro’s campaign fostered emotional identification with the cause among broad segments of the electorate, established clear moral boundaries, and conferred legitimacy on a conservative project for society. These effects were made possible by the candidate’s performative dramatization and by the mobilization of a repertoire of political contention historically present in Brazil. Methodologically, the study is based on a qualitative analysis of campaign materials, including videos and speeches, in order to examine how the “traditional family” is presented as a moral value and how performative resources enable the candidate to align himself with this value. Finally, the article engages with authors who challenge the patriarchal model of family in Brazil, such as Mariza Corrêa, arguing that the family model mobilized by Bolsonaro’s rhetoric and performance is the product of a historical construction that generates exclusions.

Keywords: Traditional family. Political propaganda. Political performance. 2018 elections. Conservatism.

Introdução

Nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sido marcado pela revalorização de símbolos morais e culturais que evocam um passado idealizado. Entre esses símbolos, a noção de “família tradicional” ocupa um lugar central. Muito mais do que um modelo de organização doméstica, a “família tradicional” vem se transformando em um instrumento de mobilização política, acionado em discursos, campanhas eleitorais e manifestações públicas. Sob o pretexto de defender valores morais e religiosos, tal noção é usada para diferenciar o que é considerado legítimo ou ameaçador à ordem social.

Esse uso político da “família tradicional” ganhou força sobretudo a partir das eleições de 2018, quando diversos atores públicos passaram a empregar o termo como parte de um repertório discursivo que associa moralidade, religiosidade e patriotismo. O apelo à “defesa da família” transformou-se em uma estratégia de comunicação eficaz, especialmente entre grupos conservadores que se apresentam como “guardiões” da tradição frente às transformações sociais promovidas pelos movimentos feministas, LGBTQIA+ e pelas novas concepções de gênero e sexualidade.

Este artigo busca compreender a construção da “família tradicional” na campanha política de Jair Bolsonaro em 2018, como parte de um repertório mais amplo de confronto político, cujo conteúdo precisa ser dramatizado pelos atores sociais em performances que buscam atrair e se conectar com as audiências. Os principais objetivos são compreender como essa categoria é mobilizada como repertório de ação política; analisar as performances discursivas e simbólicas que dramatizam valores morais e nacionais; e discutir, brevemente, os efeitos sociais dessa retórica na reprodução de hierarquias de gênero e sexualidade.

Este trabalho parte da hipótese de que a “família tradicional” funcionou como um elemento performativo na campanha de Bolsonaro, isto é, um conjunto de práticas, discursos e imagens dramatizados estrategicamente para produzir pertencimento e legitimar determinados projetos de poder. Nesse sentido, as formulações de Jeffrey Alexander (2006, 2011, 2019) sobre *performance social e dramatização* assinalam que a política contemporânea se estrutura cada vez mais como uma forma de encenação, na qual líderes, símbolos e narrativas são “encenados” diante de um público que precisa ser convencido. A eficácia dessas performances depende da capacidade dos

atores políticos de conectar-se emocionalmente com as pessoas, traduzindo suas angústias e esperanças em uma linguagem simbólica compreensível.

Inspirando-se nas contribuições de Charles Tilly (2006, 2008), a pesquisa compreende ainda o fenômeno político da “família tradicional” como parte de um *repertório de confronto*, ou seja, um modo historicamente situado de agir politicamente e disputar significados na esfera pública. Assim, ao invocar a “família tradicional”, determinados grupos não apenas expressam valores morais, mas performam um papel político, atualizando práticas de mobilização que encontram ressonância em suas audiências.

Complementarmente, as reflexões de Pierre Bourdieu (2011) sobre o poder simbólico permitem compreender como certos valores (como o ideal de família) adquirem legitimidade social e se naturalizam. Ao serem apresentados como universais e atemporais, esses valores deixam de parecer produtos de disputas políticas e passam a operar como verdades morais. Apesar dessa aparente “naturalidade”, autoras como Mariza Corrêa (1994) e Cláudia Fonseca (2000) demonstram que a noção de “família tradicional” é uma construção histórica, moldada por contextos específicos de classe, gênero e religião. O que se apresenta como um modelo natural é, na realidade, o resultado de processos culturais e políticos que definem quem pertence ao núcleo familiar legítimo e quem é excluído dele.

O trabalho é sustentado empiricamente pelo artigo de Rosa e Ribeiro (2018), “O conceito de ‘família’ abordado nas eleições de 2018: uma análise das narrativas”, que faz uma análise dos vídeos e outros materiais de campanha de Bolsonaro. A pesquisa apresentada utilizará a análise de discurso como método principal, tendo como corpus campanhas eleitorais, materiais de propaganda e discursos públicos de figuras políticas que se apropriam da defesa da “família tradicional”. Busca-se identificar como esses discursos constroem uma narrativa moralizante e quais estratégias simbólicas são empregadas para torná-la convincente. A noção de “família tradicional” é criticamente tensionada pelas contribuições de Mariza Corrêa (1994), que discute as implicações políticas e a validade de explicações que situam a família patriarcal no centro do processo civilizatório brasileiro.

Mais do que discutir a instituição familiar em si, este estudo se propõe a compreender como a política se vale da ideia de família para encenar uma luta moral, simplificando conflitos sociais complexos e transformando-os em dramas públicos. Entender esse processo é fundamental para refletir sobre o avanço de discursos

conservadores, a instrumentalização da religião na política e a disputa por sentidos que atravessa a vida pública brasileira no início do século XXI. Para tanto, primeiro iremos retomar o imaginário histórico brasileiro sobre a família presente em décadas passadas. Em seguida, iremos analisar esse fenômeno à luz da ideia de repertório e performance. Por fim, o texto traz uma crítica ao enraizamento da família tradicional na sociedade brasileira e em algumas linhas de interpretação de nosso desenvolvimento social.

A “Família tradicional” e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964)

O movimento intitulado de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrido em março de 1964, marcou fortemente a articulação entre família, religião, moralidade e política no Brasil. O contexto histórico da Marcha da Família está diretamente ligado às tensões políticas e sociais do início da década de 1960. A mobilização foi promovida por setores conservadores da sociedade civil, incluindo elites econômicas, grupos católicos, lideranças femininas e militares, como parte de um conjunto maior de reações ao governo de João Goulart e o medo de uma suposta “ameaça comunista”. O governo Goulart propunha reformas de base que buscavam redistribuição de renda e maior participação popular, o que gerou resistência entre setores conservadores (CORDEIRO, 2021).

A imagem da “família tradicional brasileira” foi utilizada como símbolo central dessa mobilização, conectando valores religiosos e patriarcais em uma pretensa defesa da ordem e da pátria. A Igreja Católica, fortemente influente na época, contribuiu para legitimar a mobilização, utilizando a retórica de defesa da “liberdade cristã” e dos “valores familiares” como forma de resistência ao que se apresentava como ameaça socialista (CORDEIRO, 2021). O discurso da “família tradicional” foi um elemento de coesão simbólica, portanto, aglutinando diferentes setores e agentes. Ele não apenas unia diferentes grupos conservadores em torno de um mesmo ideal, todavia funcionava como um dispositivo de poder, capaz de deslegitimar adversários políticos por meio de uma linguagem moral. A ideia de “família com Deus” evocava pureza, fé e hierarquia — valores que contrastavam com as propostas igualitárias associadas ao comunismo. Como argumenta Pierre Bourdieu (2011), o poder simbólico opera justamente na capacidade de impor significações e então naturalizá-las. Nesse sentido, a Marcha da Família construiu a imagem de que a defesa da “família” era equivalente à defesa da própria nação. Essa equivalência simbólica foi fundamental para mobilizar

emocionalmente as massas e ajudar a legitimar o golpe de 1964 como uma “salvação moral” do Brasil.

É válido destacar que o movimento teve forte participação feminina, especialmente de senhoras das elites urbanas, que organizaram e lideraram diversas manifestações. No entanto, essa mobilização feminina estava profundamente enraizada em uma lógica patriarcal: as mulheres atuavam em defesa de uma ordem que reafirmava sua subordinação doméstica (CORDEIRO, 2021). Como nota Mariza Corrêa (1994), o modelo patriarcal de família no Brasil sempre foi marcado por uma rígida divisão de papéis, em que a figura feminina é valorizada apenas enquanto guardiã moral e afetiva do lar.

A “família tradicional” como repertório de confronto político e a performance bolsonarista nas eleições de 2018

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi mais do que apenas uma manifestação religiosa ou moralista: foi um repertório de ação política performática que mobilizou símbolos afetivos e culturais para justificar uma ruptura democrática. Sua retórica permaneceu viva no imaginário político brasileiro, sendo constantemente reatualizada em discursos que buscam legitimar projetos autoritários sob o manto da moral e da fé. A simbologia construída em 1964 não desapareceu; ao contrário, foi ressignificada e realocada em contextos posteriores, como nas campanhas eleitorais de Jair Bolsonaro, em 2018 e 2022, que retomou a retórica da “família tradicional” e a articulação entre moralidade, religião e política.

O ideal de “família tradicional brasileira” teve um papel central na retórica e estética da campanha de Jair Bolsonaro. A ideia de uma família composta pelo pai, esposa e filhos, unida pela fé e pela moral cristã, se tornou um símbolo político que reuniu discursos sobre segurança, ordem, gênero e nação. Rosa e Ribeiro (2020) mostram que as propagandas oficiais e entrevistas de Bolsonaro projetavam a figura da “família brasileira” como pilar da nação e elemento civilizatório. Em um vídeo veiculado em outubro de 2018, o então candidato afirmou: “*A família é a base da sociedade. Defender a família é defender o Brasil*”. Essa formulação não apenas ressignifica a família como unidade moral, mas também inscreve nela um projeto de poder simbólico e exclusão social, onde certos modos de vida são legitimados e outros, marginalizados. Essa continuidade histórica demonstra como a ideia de “família” opera como um signo

político poderoso, capaz de condensar valores, afetos e ideologias em torno de uma visão conservadora de sociedade.

Nos vídeos e propagandas eleitorais de 2018, a campanha de Jair Bolsonaro se baseou fortemente em imagens que remetem a um Brasil moralmente íntegro e cristão. Em peças publicitárias na TV e nas redes sociais, era comum a presença de famílias heterossexuais, mães cuidadoras, pais protetores e crianças sorridentes. A presença de Michelle Bolsonaro nos vídeos e comícios também foi importante. Sua imagem de mulher discreta, religiosa e mãe foi amplamente utilizada para reforçar o ideal feminino ligado ao papel tradicional de esposa e cuidadora (ROSA E RIBEIRO, 2020). Esse uso da figura feminina como símbolo moral reforça a análise de Mariza Corrêa (1994) sobre o modelo patriarcal de família no Brasil, um modelo que naturaliza a hierarquia entre os gêneros e legitima o poder masculino como centro da autoridade doméstica e social.

O slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” resumia essa visão moral do país, apresentando o candidato como aquele que restauraria a pureza da nação defendendo a fé e a família. Rosa e Ribeiro (2020) destacam que o termo “família” aparece em mais de vinte momentos centrais das peças de campanha, sempre conectado à ideia de proteção contra ameaças externas. A “ameaça” era frequentemente implícita, representada por discursos sobre “ideologia de gênero”, corrupção e insegurança. A defesa da família, portanto, era menos uma proposta concreta e mais uma forma simbólica de organizar o mundo político e moral. Defender a família equivalia, nesse contexto, a defender o próprio país.

O conceito de repertório de ação coletiva, desenvolvido por Charles Tilly (2006), oferece um meio para entender a recorrência da ideia de “família tradicional” como ferramenta de mobilização política. Segundo o autor (2006, 2008), os repertórios são conjuntos de ações, discursos e símbolos que os atores políticos usam em situações de conflito. Esses repertórios são aprendidos ao longo da história e são adaptados às expectativas do público. O repertório de ação coletiva, portanto, é uma ferramenta importante para entender como a política funciona ao longo do tempo. Isso acontece porque eles combinam elementos de continuidade e inovação. Essa combinação é o que torna esses repertórios tão dinâmicos e sempre em mudança.

Os repertórios de performances possibilitam uma forma não disjuntiva de se lidar com os dilemas ação/estrutura – a ação é ordenada e improvisada, recorrente e criativa – e estrutura/processos – as estruturas sociais e suas formas culturais são dinâmicas e se rearranjam continuamente com base nas interações sociais. O modo como Charles

Tilly compreende a relação performance (interações entre agentes) e suas formas de estruturação, não pressupõe uma autonomia da cultura. Embora para ele as performances se organizem num conjunto maior de performances culturalmente disponíveis e aprendidas pelos agentes – isto é, se organizam em repertórios de performances –, estes repertórios não são estáveis, mas mudam de acordo com processos sociais mais amplos (TILLY, 2008). Tomando como exemplo um dos seus trabalhos mais conhecidos – sobre os repertórios de confronto, tal como discutido em seu último livro, *Contentious performances* (2008) –, transformações sociais mais amplas, como a urbanização, a construção do Estado e modificações nos tipos de regimes políticos, afetam decisivamente estes repertórios.

As mudanças de um repertório a outro não são lineares, mas baseadas em improvisos constantes no interior de um repertório mais ou menos limitado de opções. Quando estas mudanças de larga escala começam a afetar a eficiência das performances, os agentes passam a inovar e a tentar novas formas de ação. A maioria destas inovações, diz Tilly (2008), são deixadas pelo caminho. No entanto, algumas delas se mostram sensíveis ao novo contexto e, de modo incremental, o repertório de performances disponíveis como um todo também vai mudando. Este é o caso da “família tradicional” como instrumento retórico e ideológico de confronto político: ela compõe um repertório de confronto político que se adapta a novos contextos. É um repertório com raízes históricas, já presente na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” de 1964, que ressurgiu adaptado ao contexto digital do século XXI. O que vemos nas eleições de 2018 é basicamente a volta de um estilo de fazer política que já existia, mas agora adaptado para os dias de hoje.

Como diz Tilly (2008), o que faz esse estilo funcionar é que as pessoas já conhecem essa linguagem política, sabem o que ela significa e a aceitam como válida. Isso facilita usar essa linguagem em novos momentos da história. A mudança ocorre incrementalmente, se em 1964 a mobilização da família se dava majoritariamente por meio de atos públicos e manifestações de rua, em 2018 ela passa a circular intensamente por meio de propagandas eleitorais, discursos televisivos e, sobretudo, plataformas digitais. O repertório permanece (a defesa da família tradicional como fundamento moral da nação), mas suas formas de expressão se ajustam às transformações no campo político e midiático. Nas redes sociais, hashtags como #DeusPatriaFamilia circularam amplamente, transformando o ideal moral em um marcador de identidade política.

A permanência desse repertório revela não apenas sua adaptabilidade, mas também a força das estruturas morais que sustentam a cultura política brasileira, nas quais a família ocupa lugar central como referência de ordem, autoridade e pertencimento. Assim, a ideia de família serviu não apenas como símbolo, mas como linguagem de mobilização. O discurso sobre a família também permitiu que debates econômicos e institucionais se deslocassem para o campo moral, tornando divergências políticas em disputas sobre “valores”.

Um fator decisivo para o acionamento desse repertório no contexto das eleições de 2018 foi a performance do então candidato Jair Bolsonaro. Nesse sentido, a teoria da performance de Jeffrey C. Alexander (2011, 2006) oferece um arcabouço teórico potente para compreender o fenômeno bolsonarista. Retirando os estudos da performance de sua vinculação habitual aos estudos de rituais ou de sociedades simples, Alexander (2019) pretende trazer uma sociologia cultural macro-histórica das performances e de suas possibilidades no mundo contemporâneo, *“para sugerir como as ideias podem ser entendidas como construções de significado e como sua influência pode ser vista como efeito performático”* (ALEXANDER, 2019, p.190).

Para Alexander, o sucesso de uma performance política depende da capacidade do ator social de encarnar papéis culturais que ressoem com o imaginário coletivo, no entanto, se, nas sociedades simples, havia relativa fusão entre os elementos da performance, nas sociedades complexas ocorre um processo de “desfusão” (ALEXANDER, 2006). Esse distanciamento torna decisiva a capacidade do líder de dramatizar valores coletivos de modo convincente (ALEXANDER, 2011). Nesse sentido, Bolsonaro não apenas discursou sobre a “família tradicional”, mas a dramatizou, performando os papéis de “pai”, “cidadão comum” e “homem de fé” e encenando a narrativa de um Brasil moralmente ameaçado que precisaria ser restaurado. Sua postura corporal, o modo de falar e a presença recorrente da Bíblia em eventos públicos compuseram uma performance que transformava a política em espetáculo moral, sustentada por símbolos (a Bíblia, o lar, os filhos, a esposa) e por rituais públicos que reiteravam seu papel de guardião da moral familiar. Assim, sua política pode ser lida como uma encenação contínua de valores tradicionais. Essa encenação produziu efeitos concretos, pois, como sugere Alexander (2011), uma performance política bem-sucedida ocorre quando há fusão simbólica entre o ator e o papel representado. Bolsonaro alcançou essa fusão ao articular sua biografia — militar, pai e cristão — aos

valores que defendia publicamente, conferindo à performance uma autenticidade percebida que a tornou eficaz entre setores populares e religiosos.

Como propõe Alexander em *The civil sphere* (2006b), os valores ‘universais’ da cidadania só ganhariam inteligibilidade à luz de seu contracódigo, isto é, o cidadão (sagrado) só emerge na oposição em relação ao seu outro, o inimigo (profano), com qualidades antitéticas às suas. Daí que, analisando os processos históricos de institucionalização da ‘esfera civil’ nos Estados Unidos, Alexander (2006b) mostra as disputas relacionais dos grupos em conflito no sentido de construírem narrativas ‘sacralizantes’ de si mesmos e ‘profanadoras’ do outro, produzindo os binários que movem o discurso civil. Os códigos e os discursos culturais são mobilizados diferentemente por grupos em conflito – cada lado procura criar narrativas nas quais o seu grupo é visto como ‘sagrado’ (racional, democrático, não violento, etc.) e o oponente como ‘profano’ (irracional, autoritário, violento, etc.) –, uma vez que são estas narrativas, uma vez exitosas, que garantem inclusive a consecução de interesses materiais como aprovação de leis, mobilização de recursos materiais, acesso a cargos políticos, etc.

No sentido pensado por Alexander em suas obras, podemos dizer que a performance bolsonarista criou um campo moral binário: de um lado, os defensores da “família tradicional”; do outro, os “inimigos da família”, frequentemente identificados como feministas, ativistas LGBTQIA+ e defensores da educação sexual nas escolas. O estudo de Rosa e Ribeiro (2018) nos mostra que a retórica bolsonarista construiu essa imagem de um “inimigo comum” por meio, sobretudo de termos como “ideologia de gênero” e “globalismo”. Durante a campanha de 2018, a chamada “família tradicional” passou de uma simples referência cultural para uma categoria política performada, ou seja, dramatizada publicamente para gerar identificação emocional e delimitar fronteiras entre o “nós” e o “eles”. Havia uma encenação pública do “bem contra o mal”, na qual os defensores da “família com Deus” representavam a pureza e a moralidade, enquanto os opositores, por sua vez, eram retratados como inimigos da fé e da pátria.

Uma visão crítica da “Família Patriarcal”

Essa centralidade da família pode ser entendida como fruto de uma construção social que não deixa de carregar arbitrariedades. Alexander (2006, 2011) pretende rejeitar as visões que atribuem à cultura um caráter de conservação ou estabilização da

vida coletiva. Dada a autonomia relativa da cultura e a natureza binária de suas estruturas, toda e qualquer institucionalização dos ‘valores’ será histórica e contingente, permitirá a inclusão de certos grupos e a exclusão de outros, num processo permanente. Ao relacionar esse entendimento com os conceitos de Pierre Bourdieu (2011), nota-se que a “família tradicional” opera, na forma de um poder simbólico, como um mecanismo que naturaliza os processos de inclusão e exclusão. A retórica de Bolsonaro transforma determinadas preferências culturais em verdades universais, convertendo distinções sociais e de gênero em disposições “naturais”. Bourdieu (2011) descreve esse processo como “violência simbólica”, isto é, a imposição de significados e valores que, ao se tornarem legítimos, reproduzem o domínio de grupos dominantes.

A análise da campanha de 2018 mostra que a “família tradicional” não foi apenas um tema, mas um instrumento central de produção simbólica. Ela ajudou a organizar emoções coletivas, estabelecer fronteiras morais e legitimar uma determinada visão de sociedade. A eficácia dessa retórica vem de sua simplicidade e da capacidade de mobilizar valores que já estão profundamente enraizados na cultura brasileira. Ao dramatizar a defesa da família, Bolsonaro desempenhou um papel que conversa com imaginários históricos — o pai, o protetor, o homem de fé — e, ao fazê-lo, reconectou a política com o terreno da moral. Essa operação simbólica não só ajudou a consolidar sua vitória eleitoral, mas também redefiniu o debate público, deslocando o foco das discussões políticas para o campo dos valores e das emoções.

É nesse ponto que a crítica desenvolvida por Mariza Corrêa (1994) se torna fundamental, pois permite compreender de que modo as alusões à família patriarcal constituíram um elemento central da sociedade e do pensamento social sobre o Brasil. A autora se propõe a repensar as duas linhas dominantes na literatura sobre família no Brasil - a família patriarcal rural, de Gilberto Freyre, e a moderna família conjugal urbana, de Antonio Candido –, destacando que ambas abordagens pertencem a uma mesma visão que avalia apenas as classes dominantes como agentes históricos e expulsam do horizonte de pesquisa as formas alternativas de organização familiar. Além disso essas concepções erram ao buscar generalizar um contexto histórico e geográfico específico. O problema principal dessas elaborações, portanto, é buscar generalizar uma imagem rígida e localizada sobre a família para uma sociedade multifacetada, móvel, flexiva e dispersa, como se o Brasil todo fosse a fazenda ou o engenho.

Em seu estudo sobre as representações da família brasileira, Corrêa (1994) argumenta que o ideal da família nuclear (composta por um pai provedor, uma mãe

cuidadora e filhos obedientes) é uma construção histórica ligada à modernidade ocidental e às elites urbanas. A sua naturalização nas políticas públicas e nos discursos políticos, portanto, reflete uma tentativa de universalizar um modelo excludente. Com efeito, a autora propõe uma crítica contundente à noção de “família tradicional”, demonstrando como ela se enraíza em um modelo patriarcal, heteronormativo e racializado, ponto também desenvolvido por Fonseca (2000). Ao historicizar a família patriarcal, Corrêa rompe com qualquer tentativa de naturalização desse modelo. A “família tradicional” aparece, assim, não como expressão de uma ordem natural ou universal, mas como resultado de processos históricos específicos, vinculados à colonização, à escravidão e à formação de um Estado marcado por profundas desigualdades.

Essa perspectiva permite compreender por que a defesa contemporânea da família tradicional carrega consigo não apenas valores morais, mas também a reativação simbólica de estruturas hierárquicas historicamente consolidadas. Quando Bolsonaro afirma defender “a família brasileira”, ele invoca esse imaginário patriarcal, projetando-o como se fosse uma essência cultural. Tal essencialização, como aponta Corrêa (1994), ao ser reatualizada no presente, apaga a pluralidade das formas familiares existentes no Brasil (famílias monoparentais, homoafetivas, ampliadas e reconstituídas) e reforça desigualdades de gênero e classe.

Considerações finais

Este trabalho procurou entender como a ideia de “família tradicional” foi usada nas eleições presidenciais de 2018 para produzir identificações e divisões no campo político. A análise aqui apresentada demonstra que o discurso da “família tradicional” cumpriu um papel central na legitimação simbólica do bolsonarismo. Por meio de performances que integram moral, emoção e teatralidade, o líder constrói uma narrativa de restauração nacional ancorada em valores de gênero e religiosidade. Os resultados do estudo mostram que o uso político da família tradicional não é algo que acontece sozinho ou apenas em certos momentos. Na verdade, é uma estratégia que sempre volta na política brasileira, funcionando como um repertório de confronto político. Podemos ver isso em momentos importantes do passado, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964.

A análise feita ao longo do trabalho mostrou que a família tradicional foi um tema muito importante nas campanhas de 2018. Ela não foi vista apenas como um valor moral, mas também como uma ferramenta para organizar o campo político de uma maneira simbólica. A família foi capaz de unir diferentes pautas conservadoras, como religião, gênero, segurança e autoridade, em uma história que fazia sentido e mexia com as emoções das pessoas. Isso permitiu que a defesa da família se tornasse um critério para saber se alguém era legítimo no mundo político, transformando as diferenças de ideia em questões morais. Para tanto, ela precisou ser dramatizada. Nesse sentido, Bolsonaro atuou como “intelectual dramático” (ALEXANDER, 2019), traduzindo tensões sociais complexas em narrativas emocionais simples, capazes de produzir coesão simbólica entre seus seguidores. A retórica da “família tradicional” não apenas representa um valor: ela é encenada, vivida e performada como mito fundacional de um projeto político.

A campanha que analisamos mostrou que o sucesso político está muito ligado à capacidade de mostrar valores que a sociedade considera legítimos. Nesse sentido, Jair Bolsonaro se apresentou como um político que consegue incorporar e dramatizar o papel de defensor da família. Ele fez isso ligando sua imagem pública a símbolos religiosos, familiares e nacionais. A combinação do candidato, a mensagem que ele passou e as pessoas que ouviram criou uma sensação de verdade que ajudou bastante na sua campanha. Isso fez com que a apresentação do candidato fosse mais convincente e, por isso, mais eficaz. A fusão entre o ator, que é o candidato, a narrativa, que é a mensagem que ele passou, e a audiência, que são as pessoas que ouviram, produziu um efeito de autenticidade. Esse efeito de autenticidade foi muito importante para a eficácia de sua performance eleitoral, pois as pessoas acreditaram no que ele disse e se identificaram com as propostas apresentadas.

A articulação entre os aportes teóricos de Tilly, Alexander, Bourdieu e Corrêa oferece uma leitura abrangente do fenômeno: a família tradicional como repertório de confronto político, como elemento de performance, como poder simbólico e como mito patriarcal. Com a ajuda das ideias de Mariza Corrêa, pude mostrar que a “família tradicional” citada na campanha na verdade se baseia em uma estrutura patriarcal que existe há muito tempo, com hierarquias de gênero e influenciada pela moral cristã. Quando essa forma de organização familiar é apresentada como se fosse a única certa e sempre válida, esconde sua própria história e deixa de lado outras formas de família que também existem e são importantes na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. *Intelectuais dramáticos: elementos de performance*. Teoria e Cultura, v. 14, n. 2, 2019.

ALEXANDER, Jeffrey. *Performance and power*. Cambridge: Polity Press, 2011.

ALEXANDER, Jeffrey. Cultural pragmatics: social performance between ritual and strategy. In: Alexander JC, Giesen B, Mast JL, eds. *Social Performance: Symbolic Action, Cultural Pragmatics, and Ritual*. Cambridge Cultural Social Studies. Cambridge University Press; 2006:29-90.

ALEXANDER, Jeffrey. *The civil sphere*. New York: Oxford University Press, 2006b.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORDEIRO, J. M.. A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE EM SÃO PAULO: DIREITAS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E GOLPE NO BRASIL, 1964. *Revista de História* (São Paulo), n. 180, p. a01720, 2021.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 15–56.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ROSA, Marcel; RIBEIRO, Pedro. O conceito de “família” abordado nas eleições de 2018: uma análise das narrativas. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. III, n. 7, p. 313–328, 2020.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. New York: Cambridge, 2008.